

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINICIUS EDUARDO G. VEIGA

O IMPACTO DO CAFÉ FAIRTRADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Campo Grande
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINICIUS EDUARDO G. VEIGA

O IMPACTO DO CAFÉ FAIRTRADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas (UFMS-ESAN), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Professor **Dr. Odirlei Fernando Dal Moro.**

Campo Grande

2023

VINICIUS EDUARDO G. VEIGA

O IMPACTO DO CAFÉ FAIRTRADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Odirlei Fernando Dal Moro.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Rafael Pazeto Alvarenga
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Matheus Wemerson Gomes Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

O estudo buscou analisar o impacto do comércio justo, representado pelo Café *Fairtrade*, por meio de uma revisão bibliográfica que se concentrou principalmente em artigos publicados em revistas. Os objetivos específicos foram a análise e interpretação dos dados para compreender os impactos do Comércio Justo. Além disso, buscou-se entender, por meio da revisão narrativa da literatura, os efeitos do Comércio Justo na qualidade do produto e na qualidade de vida dos produtores. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, que incluiu artigos de revistas publicados entre 2010 e 2022 e artigos acadêmicos do mesmo período. Os resultados sugeriram que o comércio justo, por meio do Café *Fairtrade*, promoveu a capacitação e a promoção da participação dos produtores, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos envolvidos e aprimoramento da gestão na produção. No âmbito econômico, encontrou-se maior estabilidade de preços e maior acesso a mercados internacionais para os produtores. Além disso, os produtores envolvidos no comércio justo apresentaram maior satisfação e bem-estar em suas atividades. Ao concluir, o estudo determinou que o comércio justo, exemplificado pelo Café *Fairtrade*, proporcionou impactos positivos em aspectos socioeconômicos, como capacitação e empoderamento dos produtores, e na qualidade de vida dos mesmos. Todavia, é importante destacar que a certificação não garante que a qualidade do café seja maior. Ainda assim, o comércio justo fortalece a cadeia produtiva do café de maneira justa e garante benefícios para todos os participantes deste importante setor econômico.

Palavras-chave: Economia Verde; Comércio Justo; Desenvolvimento Econômico; Estabilidade de Preços; Capacitação e Empoderamento.

ABSTRACT

The study sought to analyze the impact of fair trade, represented by Fairtrade Coffee, through a bibliographic review that focused mainly on articles published in magazines. The specific objectives were the analysis and interpretation of data to understand the impacts of Fair Trade. Furthermore, we sought to understand, through a narrative review of the literature, the effects of Fair Trade on product quality and producers' quality of life. The methodology adopted was a narrative review of the literature, which included magazine articles published between 2010 and 2022 and academic articles from the same period. The results suggested that fair trade, through Fairtrade Coffee, promoted training and promoted the participation of producers, contributing to the improvement of working conditions for those involved and improving production management. In the economic sphere, there was greater price stability and greater access to international markets for producers. Furthermore, producers involved in fair trade showed greater satisfaction and well-being in their activities. In conclusion, the study determined that fair trade, exemplified by Fairtrade Coffee, provided positive impacts on socioeconomic aspects, such as training and empowerment of producers, and on their quality of life. However, it is important to highlight that certification does not guarantee that the quality of the coffee is higher. Even so, fair trade strengthens the coffee production chain in a fair way and guarantees benefits for all participants in this important economic sector.

Keywords: Green Economy; Fair Trade; Economic development; Price stability; Training and Empowerment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
3. METODOLOGIA	18
4. RESULTADOS	19
4.1 COOPERATIVISMO	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6. REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

O Brasil consolida-se como líder mundial tanto em produção quanto em exportação de café. Em 2018, ano marcado por uma safra recorde, o país exportou expressivos 35,15 milhões de sacas, alinhado com uma produção de 61,7 milhões de sacas. Esses números foram evidenciados no relatório sobre o mercado de café de janeiro de 2019 publicado pela Organização Internacional do Café (OIC).

Os padrões de qualidade dos cafés oferecidos, apresentam-se em um espectro amplo em consonância com a diversidade de opções disponíveis para os consumidores (Duarte, 2017). Com isso é proposto uma perspectiva tridimensional sobre qualidade: primeiramente, ela é determinada pelo grau de conformidade às especificações; em seguida, pela capacidade de atender às expectativas do cliente; e, finalmente, pelo seu grau de excelência. No universo do café, a referência de qualidade se alinha com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003, promulgada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2003).

Donnet, Weatherspoon e Hoehn (2007) destacam as disparidades entre os mercados de cafés tradicionais, ou commodities, e os cafés de categoria especial. Segundo eles, o mercado de cafés commodities é caracterizado por uniformidade de preços e restrições na elevação dos padrões de qualidade, que geralmente são definidos pela espécie e país de procedência. Em contraste, os cafés especiais possuem uma vasta gama de características distintas, como origem, qualidade superior e variedade, oferecendo, assim, maiores oportunidades de refinamento e diferenciação.

Diante deste panorama, é crucial distinguir entre o termo "Fair Trade" e "Fairtrade". "Fair Trade" é uma designação genérica que engloba um movimento diversificado de práticas comerciais que aspiram a justiça e ética nas transações. Por outro lado, "Fairtrade" se refere especificamente ao sistema de certificação estabelecido pela Fairtrade International. Produtos com esta certificação passaram por um rigoroso processo de avaliação com base em padrões que abordam uma variedade de questões, incluindo econômicas, sociais e ambientais. Portanto, embora todos os produtos certificados como *Fairtrade* sejam parte integral do movimento Fair Trade, nem todos os produtos comercializados de maneira justa, de acordo com variados critérios e sistemas, são necessariamente certificados como *Fairtrade*.

A partir dessa premissa, o café é um dos produtos mais impactados por essa iniciativa, possuindo o maior número de certificações de comércio justo, especialmente

aquelas concedidas pela Fairtrade International (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2022).

A partir da década de 1980, houve uma mudança significativa na postura dos produtores de café no Brasil, que começaram a focar na produção de cafés especiais e em práticas mais sustentáveis. Esse movimento também foi impulsionado pela certificação do Comércio Justo, que é o principal tema do presente trabalho. O Selo de Pureza, criado em 1989 pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), a criação e expansão das cooperativas de café pelo Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, as ações do Sebrae no âmbito da cafeicultura, também contribuíram para a valorização dos cafés especiais e para com a promoção de práticas mais sustentáveis na produção de café (ABIC, 2022).

Segundo Melo (2015), em 2009, a Fairtrade International aprovou a Carta de Princípios do Comércio Justo. Estes princípios devem ser seguidos com o objetivo de beneficiar produtores economicamente desfavorecidos. Entre os princípios estão: a gestão transparente; a manutenção de relações comerciais justas e coerentes com os parceiros; a prática comercial leal; a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado; o compromisso com a não discriminação, a igualdade de gênero e a liberdade de associação; a garantia de boas condições de trabalho; o fornecimento de apoio e capacitação; a oferta de um prêmio adicional, que pode ser investido em projetos de desenvolvimento social e econômico; a disponibilização de financiamento para os produtores; e o estabelecimento de critérios claros para assegurar que todos os produtos certificados sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Essas são as definições que caracterizam o comércio justo segundo a organização.

A crescente valorização dos cafés especiais é evidenciada no cenário brasileiro. De acordo com dados nacionais de 2018, houve um expressivo aumento nas exportações desses cafés - categorizados por sua qualidade superior ou por possuírem certificações de sustentabilidade - alcançando um crescimento de 27,16% entre janeiro e novembro daquele ano. Estes números ainda destacam que o valor comercializado do café especial é consideravelmente mais elevado em comparação ao café verde comum, apresentando uma margem de 33,9%.

A dinâmica do mercado de café continuou em 2019. Entre janeiro e julho, conforme relatório mensal do Conselho de Exportadores do Brasil, do montante de 21,19 milhões de sacas de café verde exportadas, uma ampla maioria de 16,70 milhões de sacas (ou 71,0%) era de cafés naturais/médios. Por outro lado, 4,49 milhões de sacas foram de

cafés diferenciados, que correspondem a um respeitável 19,1% do total exportado. Ao analisar o retorno financeiro dessas vendas, os cafés naturais/médios, com preço médio de US\$ 113,48 por saca, geraram receitas de aproximadamente US\$ 1,89 bilhão. Já os cafés diferenciados, que possuem um preço médio mais alto, de US\$ 155,87 por saca, resultaram em uma receita cambial de US\$ 700,28 milhões, que constitui 23,9% do total de receitas provenientes das exportações de café pelo Brasil no ano civil de 2019 (CECAFÉ, 2019).

A escolha desse tema se justifica pela importância do café para a economia brasileira, dado que atualmente, o Brasil ocupa a posição de maior produtor de café do mundo, com uma indicação de produção de 50,9 milhões de sacas em 2022 (CONAB, 2022). O Brasil é o segundo maior consumidor de café do mundo, com um consumo per capita de 4,82 kg em 2018 (ABIC, 2019). Isso demonstra a importância cultural e econômica do café para o país. O elevado consumo também influencia na demanda e produção nacional. Além disso, a certificação do Comércio Justo do café tem se mostrado uma ferramenta importante para a promoção de práticas de justiça social na cadeia produtiva do café (ABIC, 2019).

Nesse sentido, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão de literatura existente da literatura. A coleta de informações foi realizada por meio da busca de artigos científicos publicados em bases de dados, como Google Scholar, Scopus, SBIndex, Web of Science da Capes, além de dados socioeconômicos disponíveis na plataforma IpeaData e no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para garantir a relevância e atualidade dos dados, esta pesquisa se concentrou em artigos acadêmicos publicados entre os anos de 2010 e 2022. Esta limitação de período é fundamental para proporcionar continuidade às pesquisas anteriores, permitindo a análise das tendências recentes e dos desenvolvimentos mais atuais na área do *Fairtrade*. Com isso, é possível integrar e construir sobre o conhecimento já existente, enquanto se atualiza o entendimento dos impactos atuais do Comércio Justo

Dessa forma, a problematização deste trabalho se resume à seguinte pergunta: Qual é o impacto da certificação do Comércio Justo do café nos aspectos econômicos na cadeia produtiva do café no Brasil? Este trabalho tem como objetivo analisar os dados da evolução histórica do café e entender o impacto da certificação do Comércio Justo do café, tendo especial atenção com os aspectos econômicos.

O foco exclusivamente econômico na análise do impacto da certificação do Comércio Justo do café na cadeia produtiva do Brasil é justificado pela importância

central da economia na sustentabilidade do setor cafeeiro. O café é um dos principais produtos de exportação do país, e entender como a certificação afeta economicamente os produtores, os preços e a distribuição de renda é crucial. Além disso, abordar os aspectos econômicos permite avaliar a eficácia do Comércio Justo em promover práticas comerciais mais justas e sustentáveis financeiramente, um aspecto vital para a continuidade e o crescimento do setor no Brasil.

Assim, para viabilizar a pesquisa desse objetivo geral, foram estabelecidos os objetivos específicos a i) Análise dos dados para compreender os impactos do Comércio Justo, considerando fatores como produtividade, valorização do produto e distribuição de renda. ii) Entender por meio da revisão narrativa da literatura os efeitos do Comércio Justo na qualidade do produto. iii) Discutir o impacto da certificação do Comércio Justo sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores.

No decorrer deste trabalho, se busca contribuir para o campo econômico, adicionando a literatura sobre a certificação *Fairtrade*, fornecendo assim um ferramental teórico e importante para os formuladores de políticas públicas e para os profissionais da área econômica e do agronegócio.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura concentra trabalhos anteriores que exploraram a aplicação da certificação *Fairtrade* no estudo econômico, especialmente na área do agronegócio, além de estudos sobre temas próximos, como por exemplo o *Fairtrade* aplicado a outras culturas. Com essa revisão, espera-se entender melhor o estado atual do campo e identificar lacunas na literatura existente, a qual o presente trabalho pode vir a preencher.

Os estudos sobre o Café *Fairtrade* demonstram que a certificação visa oferecer melhores condições de vida e trabalho para os produtores de café, bem como promover a sustentabilidade ambiental. Essa certificação possibilita o pagamento de preços mais justos pelo café, proporcionando aos produtores uma renda mais estável e oportunidades para investir nas lavouras (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2022).

A revisão bibliográfica sobre o Café *Fairtrade* indica que a certificação pode ter um impacto positivo significativo na vida dos produtores e na cadeia produtiva do café. A certificação pode ser uma ferramenta importante para promover a justiça social e a sustentabilidade ambiental, além de contribuir para o fortalecimento da organização dos produtores (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2022).

Durante o ano cafeeiro de 2021/22, observou-se uma mudança notável na produção global de café. Conforme observado na Tabela 1, a produção totalizou 168,5 milhões de sacas, representando uma redução de 1,4% em relação ao período anterior. Tal diminuição pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles, a produção que não estava alinhada com o ciclo bienal e as adversidades climáticas enfrentadas em regiões produtoras chave. No entanto, perspectivas para o ano de 2022/23 indicaram um aumento de 1,7%, resultando em 171,3 milhões de sacas. Esse crescimento, ainda que modesto, é mitigado pelo aumento nos custos de fertilizantes a nível mundial e contínuas condições climáticas desfavoráveis. Por outro lado, a produção bienal brasileira deve oferecer um impulso positivo, principalmente para os grãos Arábica. Esse tipo de café, após ter sofrido uma queda de 7,2% no período anterior, é projetado para crescer 4,6% no ano cafeeiro 2022/23, alcançando 98,6 milhões de sacas. Com essa ascensão, espera-se que os Arábicas representem 57,5% da produção total de café, um aumento em relação aos 55,9% do ano cafeeiro 2021/22.

A América do Sul, apesar de ter registrado sua maior queda de produção em quase duas décadas com 7,6%, mantém-se como líder global na produção de café. Impulsionada em parte pelo ciclo bienal, a previsão para 2022/23 é de um aumento de 6,2%, equivalente a 82,4 milhões de sacas.

Em relação ao consumo, o ano cafeeiro 2021/22 testemunhou um aumento significativo de 4,2%, chegando a 175,6 milhões de sacas. Esse aumento pode ser atribuído à liberação da demanda acumulada durante os anos de pandemia da COVID-19, bem como ao vigoroso crescimento econômico global de 6,0% em 2021. Porém, os anos seguintes, 2022 e 2023, enfrentarão desafios econômicos, com a desaceleração da economia global e o aumento no custo de vida, o que, consequentemente, refletirá no consumo de café. Para o ano cafeeiro de 2022/23, projeta-se um crescimento mais moderado de 1,7%, totalizando 178,5 milhões de sacas. Na Europa, em particular, as projeções indicam uma tendência de desaceleração no consumo de café. Para o ano cafeeiro de 2022/23, antecipa-se um modesto crescimento de apenas 0,1%, uma marcante diferença em relação ao aumento expressivo de 6,0% registrado no ano anterior. Esse panorama sugere que, no próximo ciclo cafeeiro, o mercado global de café poderá enfrentar um déficit estimado em 7,3 milhões de sacas.

Tabela 1: Relatório sobre o mercado de café

Ano Cafeeiro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação entre 21 e 22
Produção (Ton)	167,568	169,884	168,387	170,868	168,485	171,268	1,70%
Arábica	97,862	99,615	96,67	101,577	94,248	98,559	4,60%
Robusta	69,707	70,269	71,717	69,29	74,237	72,709	-2,10%
África	17,428	18,523	18,698	19,281	19,132	19,405	1,40%
Ásia e Oceania	52,214	48,069	49,307	47,912	52,102	49,713	-4,60%
México e América Central	21,475	21,361	19,321	19,747	19,655	19,726	0,40%
América do Sul	76,453	81,934	81,064	83,937	77,596	82,424	6,20%
Consumo	165,637	170,876	167,593	168,569	175,605	178,534	1,70%
Países exportadores	51,575	52,234	51,441	52,518	53,615	55,369	3,30%
Países importadores	114,062	118,642	116,152	116,051	121,991	123,165	1%
África	11,707	11,921	12,034	12,552	12,877	13,403	4,10%

Ásia e Oceania	38,819	39,572	39,198	41,289	42,828	44,162	3,10%
México e América Central	5,667	5,805	5,857	5,882	5,967	6,124	2,60%
Europa	53,523	55,449	53,953	52,237	55,359	55,388	0,10%
América do Norte	29,939	31,789	30,581	30,228	31,679	32,078	1,30%
América do Sul	25,981	26,34	25,969	26,381	26,895	27,379	1,80%
Balanço	1,932	-992	794	2,298	-7,121	-7,266	

Fonte: OIC

O surgimento e expansão dos cafés especiais no Brasil têm suas raízes na desregulamentação dos preços do mercado cafeeiro nos anos 90, conforme delineado por Leão (2010). Historicamente, em 1962, o primeiro Acordo Internacional do Café (AIC) foi instaurado, impondo controles sobre os preços do café. Como Samper, Giovannucci e Vieira (2017) observam, essa fase, voltada ao café padrão, é conhecida como a "primeira onda". Nela, a qualidade era uniformizada e a cadeia de valor era direcionada pelas demandas do mercado comprador, onde grandes empresas e torrefadoras estabeleciam as regras.

Uma das estipulações do AIC era que a cota do Brasil fosse determinada pela diferença entre a demanda global e a produção dos demais países. Isso resultou em uma diminuição drástica da presença brasileira no mercado global. Com as exportações em declínio, o Brasil, na virada dos anos 80, optou por não aderir às novas cláusulas propostas.

Essa decisão intensificou a crise cafeeira dos anos 90, revelando as falhas de um sistema produtivo focado em produção massiva e eficiência de custos, conforme discutido por Leão (2010). Saitone & Sexton (2010) e Losekann & Gutierrez (2013) argumentam que essa abordagem, voltada para produtos homogêneos, torna difícil estabelecer preços distintos, já que os consumidores podem facilmente escolher alternativas. Isso leva à uniformização dos preços e à formação de commodities, complicando a diferenciação competitiva.

Diante desses desafios, Leão (2010) destaca que a desregulamentação incentivou uma reação coletiva, buscando valorizar o café através de diferenciações, seja por origem, qualidade ou práticas sustentáveis. Essa movimentação levou a uma transformação na

tradicional estrutura produtiva do café, onde a ênfase mudou da produção em larga escala para inovação e diferenciação. Samper, Giovannucci e Vieira (2017) identificam essa fase como a "segunda onda" dos cafés, marcada pela diferenciação baseada na qualidade, emergindo em um cenário de liberalização comercial e crescente apreciação diversificada da bebida pelos consumidores.

Nesse contexto, de acordo com Melo (2015), em 2009, a Fairtrade International ratificou a Carta de Princípios do Comércio Justo, estabelecendo normas que devem ser cumpridas para assegurar benefícios aos produtores. Estes princípios incluem a criação de oportunidades para produtores economicamente em desvantagem, a gestão transparente e o estabelecimento de relações comerciais que garantam um tratamento equitativo para todos os parceiros envolvidos. Além disso, a Carta proíbe expressamente o trabalho infantil e o trabalho forçado, garantindo condições dignas de trabalho. Há também uma ênfase significativa no fornecimento de suporte e capacitação, entre outros aspectos fundamentais.

Segundo Anagnostou, Ingenbleek e Van Trijp (2015), a certificação do Comércio Justo de café e outros produtos sustentáveis pode desafiar a legitimidade das marcas convencionais no mercado e deteriorar as percepções dos consumidores sobre esses produtos e as empresas que os produzem. Os autores destacam que produtos rotulados vendidos sob o título de marcas *mainstream* ainda têm um efeito negativo sobre outros produtos da marca, mas um efeito positivo sobre a empresa responsável pela marca. Portanto, a revisão de literatura é crucial para compreender o impacto da certificação do Comércio Justo na cadeia produtiva do café, bem como suas implicações econômicas e sociais para os produtores no Brasil.

Um estudo conduzido por Pyk e Hatab (2018) investigou quantitativamente com 148 pequenos produtores de café na Tanzânia, todos certificados pelo sistema de Comércio Justo. A pesquisa visava analisar as motivações desses agricultores para aderir ao Comércio Justo. Os resultados indicaram que a motivação predominante para a adesão ao Comércio Justo era econômica, sendo os produtores menos incentivados por questões ambientais. Foi surpreendente constatar que o nível de escolaridade dos agricultores não teve uma influência significativa na motivação para a adesão ao Comércio Justo. Além disso, descobriu-se que os agricultores com menor renda e de menor porte eram menos motivados, tanto economicamente quanto ambientalmente, para a adesão ao Comércio Justo. Os autores sugerem que o Comércio Justo precisa fortalecer seu compromisso com os pequenos agricultores, especialmente os mais desfavorecidos, implementando medidas

mais direcionadas que possam ajudá-los a expandir a produção e a comercialização do café, o que melhoraria suas rendas e condições de vida.

De acordo com Cezar e Rosa (2021), no que tange à cooperativismo, a formação da rede tem um impacto direto na escolha da abordagem adotada pela cooperativa, seja ela mais voltada para o aspecto comercial, social ou buscando um equilíbrio entre ambos. Os escritores enfatizam que a existência de um impulsionador de desempenho, como a Organização das Cooperativas Brasileiras - ES, pode garantir que a organização adote um modelo próprio de gestão e adapte suas particularidades e desejos de acesso a um mercado alternativo, como demandado pelos produtores. A articulação da rede do Comércio Justo de forma mais ampla, também pode possibilitar a expansão da forma de atuação sem perder a identidade, resistindo às inúmeras pressões.

Considerando a certificação do Comércio Justo pode ter um impacto positivo na organização dos produtores de café. Isso ocorre porque a certificação impõe a necessidade de trabalhar em cooperativas ou associações, o que aumenta a capacidade de negociação dos produtores e pode possibilitar a obtenção de preços mais justos pelo café. O estudo de caso realizado em uma cooperativa capixaba de produtores de café Conilon (Cezar e Rosa, 2021) evidenciou que a inserção da cooperativa na rede promovida pelo Comércio Justo possibilitou uma expansão de sua forma de atuação sem a perda de identidade, resistindo às pressões exercidas pelos demais membros e impulsionando a performatividade crítica da organização (Cezar e Rosa 2021),

O estudo de Cabrera e Caldarelli (2021) analisou a viabilidade econômica da adoção de certificações para os cafeicultores brasileiros. Foram avaliados os custos das certificações mais difundidas no país e os potenciais ganhos em termos de preços. Os resultados revelaram que algumas certificações podem se tornar inviáveis economicamente, principalmente em propriedades familiares com grande necessidade de mão de obra. A certificação orgânica foi identificada como a mais viável em termos de margem de lucro. Nas propriedades mecanizadas, todas as certificações foram consideradas economicamente viáveis. O estudo destacou a relevância das certificações com selos e auditorias menos custosas, que não inflacionam significativamente os gastos de produção. Foi destacada a relevância da certificação para o meio ambiente, saúde dos consumidores e acesso a mercados internacionais mais exigentes.

No artigo de Salguero e Claro (2015), o Comércio Justo é explorado como uma estratégia potencial para a inclusão de pequenos empreendedores brasileiros. De acordo com os autores, o Comércio Justo tem demonstrado um crescimento significativo a nível

global, especialmente na Europa, mas sua implementação no Brasil ainda é modesta, particularmente entre pequenos produtores agrícolas. A maioria das organizações que promovem e certificam o Comércio Justo, bem como as redes de lojas que comercializam tais produtos, estão localizadas na Europa.

Em sua investigação sobre o Comércio Justo, Salguero e Claro (2015) identificam uma deficiência notável na literatura existente, especialmente relacionada à escassez de dados estatísticos e à compreensão das tendências predominantes. Eles observam que muitas organizações que promovem o Comércio Justo operam de maneira isolada, o que resulta em uma fragmentação na coleta e análise de informações pertinentes. No Brasil, a adoção do Comércio Justo tem se concentrado majoritariamente em pequenos produtores familiares de café, que estão vinculados a organizações de produtores ou a torrefadores locais que possuem certificação internacional.

Frederico e Barone (2015) exploram o cenário pós-crise do café na década de 1990, onde a produção de cafés especiais emergiu como uma estratégia para os pequenos produtores de café. No entanto, a atenção das grandes empresas resultou na padronização da produção e em uma desigualdade de poder e distribuição de valor na cadeia produtiva. O estudo foca na Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas, em Poços de Caldas (MG), examinando sua integração no Comércio Justo, um ambiente de expansão e contradições.

O Comércio Justo, originalmente concebido como uma alternativa ao mercado internacional convencional, está se tornando mais comercializado e padronizado, perdendo parte de seu caráter alternativo. Os autores ressaltam que a certificação de Comercio Justo é um ponto de controvérsia, principalmente devido aos custos, procedimentos burocráticos e critérios universais que não levam em conta a realidade local dos produtores (Frederico e Barone 2015).

A pesquisa traz à tona a percepção dos cafeicultores sobre o Comércio Justo como uma "bóia de salvação", garantindo a entrada em novos mercados e um preço mínimo, frente a um período de especulação, instabilidade de preços e vulnerabilidade social. Apesar dos desafios e contradições, a adesão ao sistema do Comércio Justo tem servido como um mitigador de alguns problemas históricos enfrentados pelos pequenos produtores, tais como falta de transparência nas negociações, um grande número de intermediários, organização coletiva insuficiente dos produtores, um número limitado de compradores e a obtenção de preços inferiores ao dos cafés convencionais cotados na bolsa (Frederico e Barone 2015).

Ademais, apesar de muitos trabalhos indicarem muitos benefícios aos agentes, há pesquisas que indicam que tais ganhos não podem ser meramente atribuídos a certificação (MIRANDA; SAES, 2012), existem dois fatores que devem ser levados em consideração para entender o êxito das cooperativas certificadas *Fairtrade* são elas: o grau de organização das instituições locais e as particularidades dos indivíduos que atuam nessas transações do *Fairtrade*.

Outro fator que destaca a necessidade de mais estudos está relacionado ao período em que a maior parte das pesquisas foi realizada, entre 2010 e 2015. Desde 2007, o pagamento adicional pelo café certificado raramente tem sido obrigatório, devido à alta nos preços do café no mercado internacional. Nesse contexto, tanto os cafeicultores de Comércio Justo quanto aqueles que não são vinculados a este sistema são remunerados pelo valor de mercado. O prêmio *Fairtrade* (aproximadamente R\$ 2,33 por quilo de café, em fevereiro de 2023) se torna o benefício principal da certificação (CLAAR, 2015). Assim, os benefícios atribuídos à certificação, encontrados nas pesquisas, podem estar relacionados aos bons preços do café nas últimas décadas

3. METODOLOGIA

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão narrativa da literatura, e teve o objetivo de analisar o impacto do Comércio Justo, representado pelo Café *Fairtrade*, nos aspectos econômicos e no bem-estar dos produtores.

Os critérios de busca foram definidos a partir das palavras-chave "Economia verde", "Comércio Justo", "Desenvolvimento Econômico", "Estabilidade de Preços" e "Capacitação e Empoderamento". Essas palavras-chave foram combinadas em diferentes buscas para garantir uma cobertura abrangente da literatura disponível.

As principais bases de dados utilizadas incluíram Google Scholar, Scopus, a plataforma de dados socioeconômicos IpeaData, SBIcafé, Web of Science da Capes e os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A busca foi restrita a artigos acadêmicos e aos publicados em revistas científicas, entre os anos de 2010 e 2022, em português e inglês, a fim de garantir a atualidade e relevância das informações.

Inicialmente, os títulos e resumos dos artigos que se enquadraram nos critérios de busca foram identificados. Em seguida, os artigos selecionados passaram por uma leitura na íntegra, para verificar a adequação ao tema proposto e a qualidade do conteúdo. Os artigos que tiveram resultados relevantes e bem fundamentados estão incluídos na revisão.

Os dados extraídos dos artigos selecionados incluíram informações sobre o contexto de estudo, metodologia empregada, principais resultados e conclusões. Esses dados foram organizados em tabelas e gráficos, para facilitar a análise e comparação entre os estudos.

A análise dos resultados foi realizada de forma integrativa, buscando identificar tendências e padrões comuns nos estudos, bem como divergências e lacunas na literatura. A discussão baseou-se na comparação dos resultados encontrados com a teoria existente e em estudos anteriores sobre o tema.

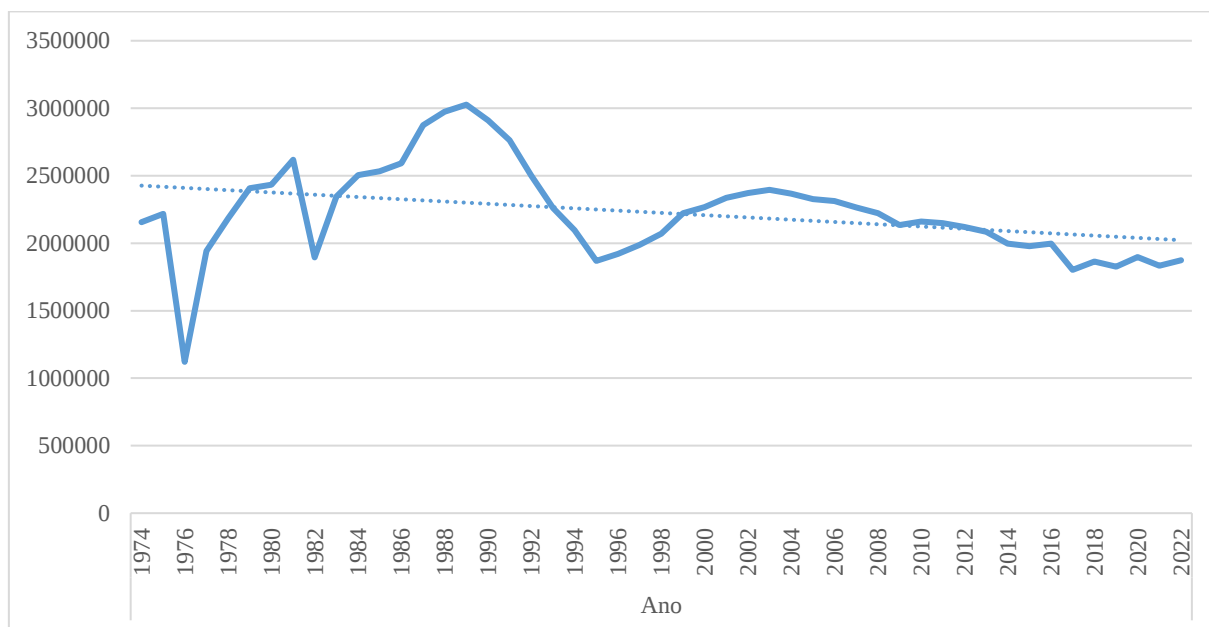
A metodologia descrita acima foi desenvolvida para garantir uma investigação rigorosa e abrangente do impacto do Comércio Justo, representado pelo Café *Fairtrade*, nos aspectos econômicos e no bem-estar dos produtores. Os resultados obtidos a partir desta metodologia foram utilizados para embasar as conclusões e recomendações do estudo.

4. RESULTADOS

Este estudo teve como objetivo analisar os dados econômicos do café e entender o impacto potencial do Comércio Justo representado pelo Café *Fairtrade* por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Dessa forma, é relevante enfatizar que o Comércio Justo é uma aliança comercial fundamentada no diálogo, justiça e transparência, que almeja equilibrar o comércio internacional, especificamente no que tange ao comércio de café, neste trabalho. Este modelo contribui para o desenvolvimento sustentável ao proporcionar melhores condições comerciais e assegurar os direitos de produtores e trabalhadores à margem do sistema.

Desejando realizar uma contextualização histórica e uma análise de dados relacionados à produção de café no Brasil, observamos o período entre 1974 e 2021. Conforme ilustrado no Gráfico 1, é possível identificar uma tendência decrescente na área colhida em hectares. Esse declínio pode ser atribuído a múltiplos fatores, que vão desde alterações nas práticas agrícolas e processos de urbanização até mudanças nas políticas de uso da terra. Antes de abordarmos o tópico do café fairtrade, é crucial entender esse panorama evolutivo na cafeicultura brasileira.

Gráfico 1 - Área colhida (em hectares)

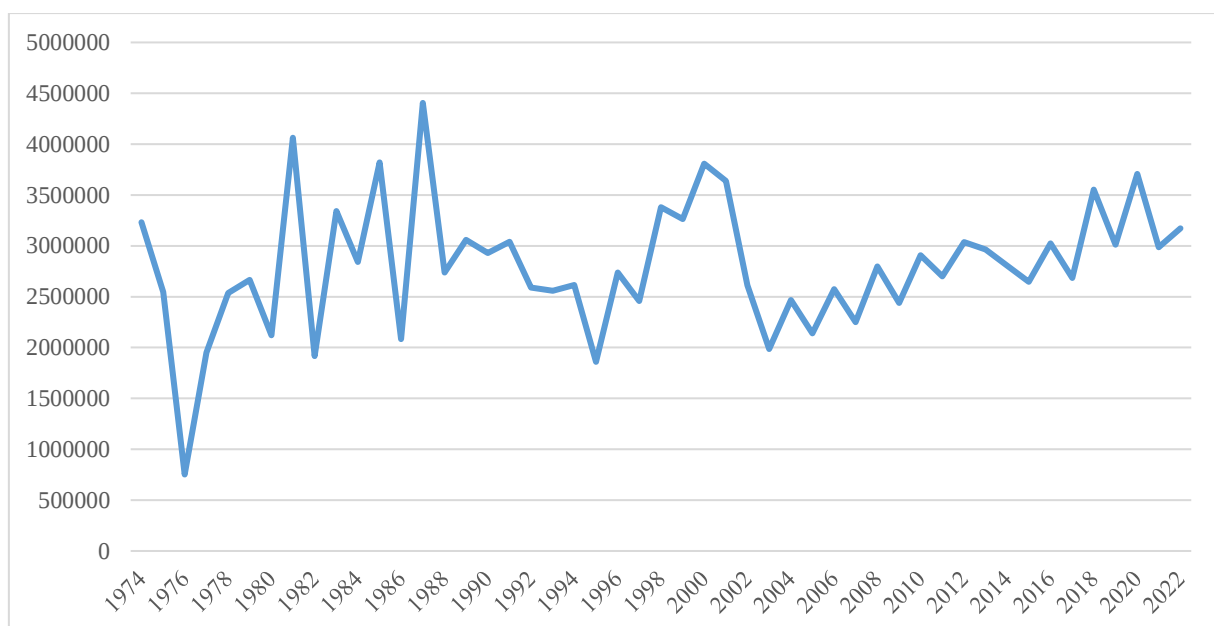


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE (2023).

Contudo, o Gráfico 2 nos apresenta um panorama distinto. Mesmo com a redução na área colhida ao longo desse período, não se observa uma queda proporcional na

quantidade produzida. Esse fato indica que, embora a área de cultivo tenha diminuído, a eficiência na produção agrícola teve uma significativa ampliação.

Gráfico 1: Quantidade de café produzida em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE (2023).

Esse fenômeno pode ser melhor compreendido ao se considerar os avanços tecnológicos no setor agrícola entre 1974 e 2020. Durante essas quase cinco décadas, foram introduzidas inovações significativas na agricultura, como sementes geneticamente modificadas, técnicas avançadas de irrigação, maquinário de ponta e práticas agrônômicas aprimoradas. A implementação de sistemas de gestão agrícola modernos e a adoção de práticas de agricultura de precisão também se mostraram fundamentais para aprimorar a produtividade por hectare.

Assim, pode-se concluir que os avanços tecnológicos experimentados no período de 1974 a 2020 permitiram que os agricultores brasileiros alcançassem rendimentos mais elevados mesmo com a utilização de áreas menores, o que evidencia uma notável otimização no uso da terra e dos recursos disponíveis.

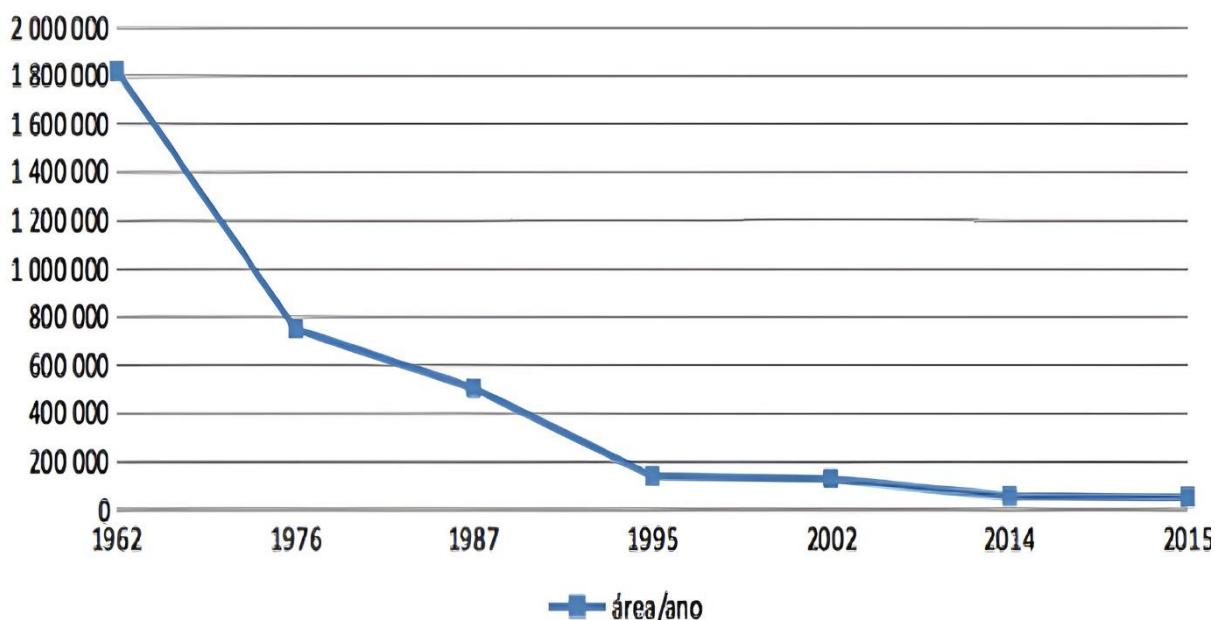
O ano de 1975 é inegavelmente lembrado no cenário agrícola brasileiro como um período de crise sem precedentes que devastou a safra de café. Adversidades climáticas no sul do país, principalmente o evento amplamente conhecido como "geada negra", resultaram em uma drástica redução na produção.

Na manhã do dia 18 de junho de 1975, o Paraná, que era considerado o epicentro da produção de café do Brasil, presenciou temperaturas surpreendentemente baixas, que

reduziram as vastas plantações de café a quase nada. Analisando detalhadamente dados de produção ao longo do tempo, gráfico 2, é evidente que a quantidade de café produzida se manteve relativamente estável, com exceção notável desse ano fatídico.

Antes do evento da geada negra, o Paraná havia registrado uma colheita expressiva de 10,2 milhões de sacas de café em 1975, o que correspondia a 48% da produção total do país. Contudo, no ano subsequente, a produção sofreu uma queda vertiginosa, atingindo meras 3,8 mil sacas. Isso resultou em uma drástica redução da participação paranaense na produção nacional, que se limitou a 0,1%. Adicionalmente, entre 1962 e 1976, houve uma redução de mais de 50% na área dedicada ao plantio de café, conforme evidenciado no gráfico 3 (MOREIRA; CARVALHO, 2021).

Gráfico 3: Redução da área de café no Paraná



Fonte: SEAB. Elaborado por FAEP

Economicamente, essa catástrofe climática teve impactos profundos e duradouros. O Brasil, consolidado como o maior produtor e exportador mundial de café, enfrentou uma queda drástica em suas exportações. Isso resultou em desequilíbrios significativos na balança comercial, com amplas repercussões na economia nacional. Para inúmeras comunidades agrícolas, cujas vidas econômicas orbitavam em torno do café, foi uma época de incerteza e adversidade, uma vez que a geada negra devastou a espinha dorsal econômica de muitas regiões (MOREIRA; CARVALHO, 2021).

A geada negra não é apenas uma lembrança de um evento climático; ela representa um divisor de águas na história econômica do Paraná, precipitando mudanças que moldariam o perfil produtivo do estado e a paisagem agrícola nas décadas seguintes. Em retrospecto, este evento destaca a vulnerabilidade da economia agrícola a extremos climáticos e a necessidade urgente de diversificação e resiliência no setor (MOREIRA; CARVALHO, 2021).

Este evento traumático também serviu como catalisador para reflexões mais amplas no setor agrícola brasileiro. Ele evidenciou a vulnerabilidade da economia ao depender excessivamente de uma única commodity e destacou a necessidade de diversificar a produção agrícola. Além disso, houve um impulso no investimento em práticas e tecnologias que pudessem tornar as lavouras mais resilientes a eventos climáticos extremos.

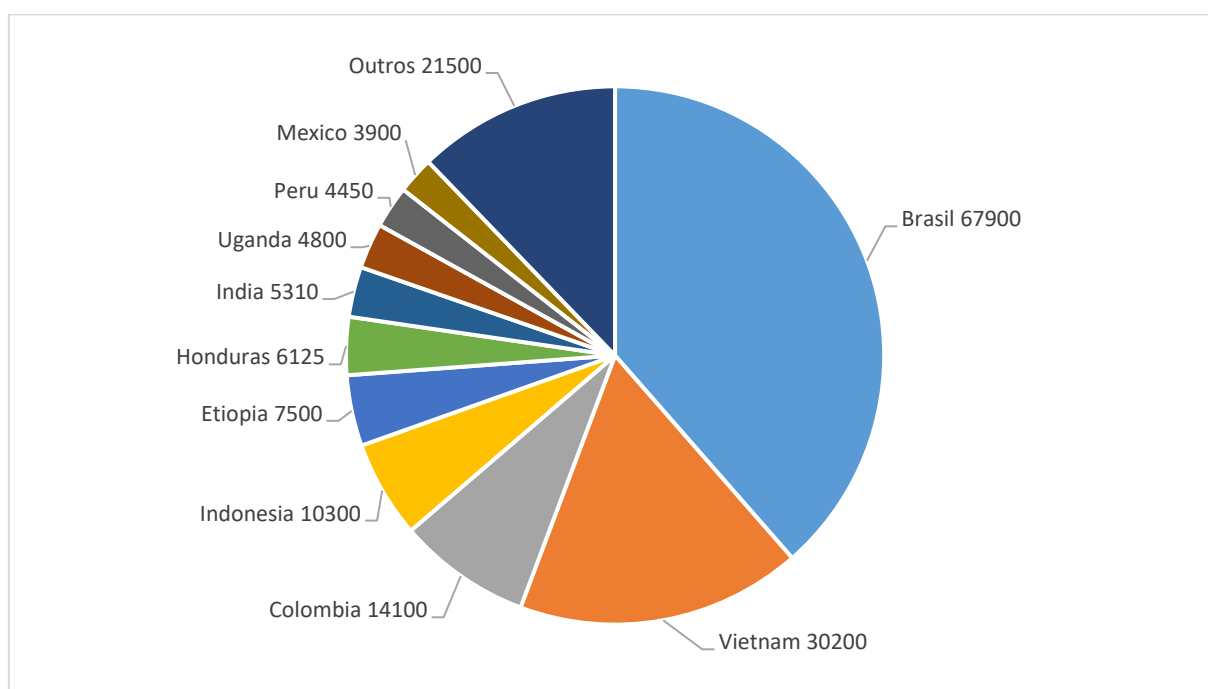
Em síntese, a crise da geada negra em 1975 transcendeu ser apenas um revés na produção de café. Ela se estabeleceu como um ponto de inflexão na maneira como o Brasil percebeu e gerenciou sua produção agrícola nas décadas seguintes.

O Brasil tem uma presença marcante no mercado global de café, ocupando posições de destaque como o principal produtor, o maior exportador e o segundo maior consumidor mundial dessa commodity. Em termos quantitativos, cerca de um terço da produção mundial de café origina-se do Brasil, cujas exportações representam aproximadamente 60% de sua produção interna, enquanto o consumo doméstico responde por 40%. A estrutura agrícola brasileira conta com cerca de 300 mil estabelecimentos dedicados ao cultivo de café, e é notável que 82% destes são caracterizados como pertencentes à cafeicultura familiar (CONAB, 2020).

No que concerne à produção nacional de café em 2020, a área cultivada totalizou 2,162 milhões de hectares, sendo que 13% dessa área estava em formação e 87% já em produção. A produtividade média do ano alcançou 32,7 sacas por hectare, resultando em uma produção estimada de 61,6 milhões de sacas de 60kg. Essa produtividade apresentou um aumento de 20% em relação ao ano anterior, fato este influenciado pela bienalidade do café arábica, que alterna anos de alta e baixa produção (Conab, 2020).

No cenário global, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) reportou que a produção mundial no ano-cafeeiro de 2020-2021 foi de 176,08 milhões de sacas. Os países líderes dessa produção (gráfico 4) foram: Brasil com 67,9 milhões, seguido pelo Vietnã com 30,2 milhões, Colômbia com 14,1 milhões, Indonésia com 10,3 milhões e Etiópia com 7,5 milhões (OIC, 2020-2021).

Gráfico 4: Maiores países em produção de café (Safrá 2020/2021 – Mi sc)



Fonte: USDA elaborada por CONAB

A cafeicultura brasileira passou por uma transformação notável no cenário global entre os anos de 1997 e 2020, conforme ilustrado no gráfico 5. Ao analisar a evolução dessa cultura, é possível identificar uma ascensão significativa na produtividade, mesmo com uma redução na área cultivada.

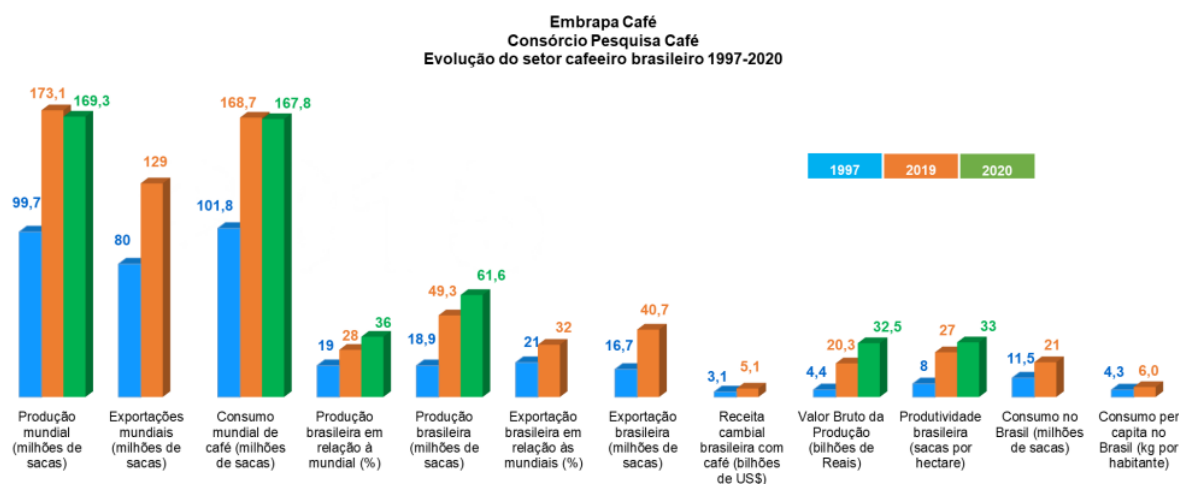
Em 1997, o Brasil tinha uma extensão de 2,4 milhões de hectares destinada ao cultivo de café (conforme o gráfico 1), resultando em uma produção de 18,9 milhões de sacas (visto no gráfico 5). Isso equivale a uma produtividade média de 8,0 sacas por hectare, de acordo com dados da ICO de 1997. Avançando para 2020, observa-se uma redução na área cultivada para 1,88 milhão de hectares. No entanto, a produção disparou, alcançando 61,6 milhões de sacas, o que traduz uma impressionante produtividade de 32,7 sacas por hectare.

Além disso, ao considerar o cenário das exportações, em 1997 o Brasil exportava 16,7 milhões de sacas de café, o que representava 21% das exportações mundiais, que totalizavam 80 milhões de sacas. No entanto, até 2019, as exportações brasileiras cresceram para 40,7 milhões de sacas, constituindo cerca de 32% das 129 milhões de sacas comercializadas globalmente. Em termos monetários, a receita cambial do país proveniente do café cresceu de 3,1 bilhões de dólares em 1997 para 5,1 bilhões de dólares em 2019. Em relação ao valor bruto de produção nacional, houve um salto de 4,4 bilhões de reais em 1997 para aproximadamente 32,5 bilhões de reais em 2020.

No aspecto do consumo interno, o Brasil ampliou seu consumo de 11,8 milhões de sacas em 1997 para 21 milhões de sacas em 2019. Esse aumento também é refletido no consumo per capita, que passou de 4,3 kg por habitante em 1997 para 6 kg em 2019.

É evidente a crescente eficiência da cafeicultura brasileira, uma vez que a produtividade, que era de 8 sacas por hectare em 1997, atingiu 27 sacas por hectare em 2019 e impressionantes 33 sacas por hectare em 2020. Esse desenvolvimento contínuo demonstra o compromisso e a capacidade do Brasil em inovar e otimizar sua produção cafeeira, consolidando sua posição de destaque no mercado mundial de café.

Gráfico 5: Evolução do setor cafeeiro no Brasil



Fonte: ICO

Elaboração: CECAFÈ

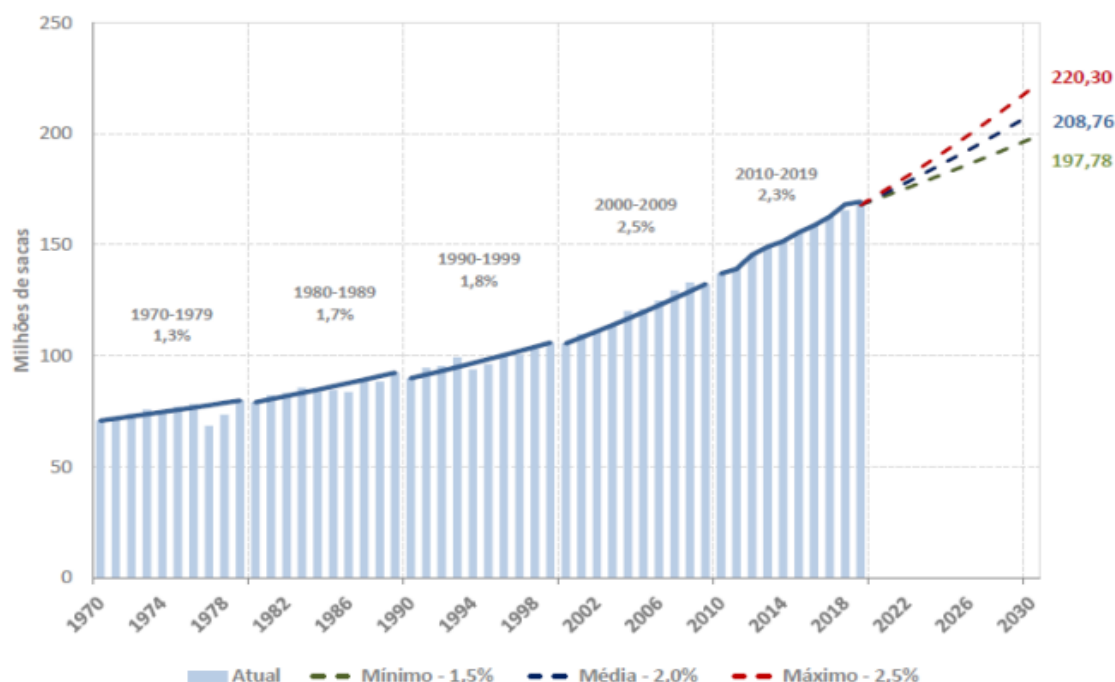
Segundo exportadores de Café do Brasil (Cecafé), o panorama global do café deverá passar por algumas transformações significativas na próxima década. O Cecafé estima um crescimento contínuo na demanda mundial de café de cerca de 2% ao ano entre 2020 e 2030. Se essas projeções se concretizarem, o mundo poderá presenciar uma produção anual aproximada de 208,7 milhões de sacas (gráfico 6) até o término deste período (Cecafé, 2020).

Para o Brasil, estas projeções trazem à tona questões importantes e oportunidades únicas. Atualmente consolidado como um dos principais produtores e exportadores de café do mundo, o Brasil enfrentará o desafio de manter e, possivelmente, expandir sua participação no mercado internacional. Isso significa que o país terá de se adaptar, aumentando sua produção para uma média estimada de 70 milhões de sacas por ano.

Entretanto, este aumento na produção não pode ser visto apenas como uma questão de expandir a área de cultivo. É imperativo que o Brasil invista em inovações tecnológicas, práticas agrícolas sustentáveis e na renovação da sua infraestrutura cafeeira.

Além disso, é crucial um comprometimento mais profundo com pesquisa, desenvolvimento e treinamento, garantindo que as futuras gerações de agricultores estejam bem equipadas para enfrentar os desafios emergentes, tanto climáticos quanto de mercado (Cecafé, 2020).

Gráfico 6: Consumo de café mundial



Fonte: ICO

Elaboração: CECAFÊ

As organizações de Comércio Justo, respaldadas pelos consumidores, estão ativamente empenhadas em apoiar os produtores, aumentar a conscientização e promover campanhas para mudanças nas regras e na prática do comércio internacional (EFTA, 2010).

A certificação do Comércio Justo é orientada para o progresso sustentável, criando vias para que pequenos agricultores introduzam seus produtos no mercado de forma equitativa. A essência do Comércio Justo reside em fomentar justiça social, salvaguarda ambiental e estabilidade econômica, tanto através das transações comerciais quanto por meio de iniciativas de sensibilização. Esta perspectiva se fundamenta na ideia de que nações em desenvolvimento não precisam de mera caridade, mas sim de justiça e dignidade. O resultado não advém somente da parte financeira, mas também do empenho contínuo de voluntários dedicados e das escolhas conscientes de milhões de consumidores globais que optam por produtos oriundos do Comércio Justo, como observado por Melo (2015).

Os princípios do Comércio Justo convergem para estabelecer uma sinergia de apoio recíproco, adicionando valor aos produtos e almejando o aprimoramento e bem-estar dos produtores. Esse impacto positivo reverbera não apenas nos produtores, mas em toda a comunidade à sua volta. Essas abordagens têm como meta impulsionar a sustentabilidade econômica, social e ambiental das comunidades que aderem a padrões legais e ecológicos, visando garantir uma existência mais honrada e estável.

A perspectiva do 'justo' constitui um atributo específico e poderoso do comércio justo, diferenciando os produtos com essa certificação dos demais. Essas características criam uma ligação entre produtores e importadores. Nesse contexto, os produtores são obrigados a seguir normas e critérios que incluem a tomada de decisão democrática, a ausência de discriminação, normas específicas de produção, além do direito a condições particulares de comércio.

No que tange ao preço de venda do café é importante destacar que em ambientes econômicos marcados por uma acirrada competição, torna-se crucial que líderes empresariais, abrangendo uma vasta gama de setores, incorporem estratégias que não apenas solidifiquem sua vantagem competitiva, mas também garantam sua sobrevivência e prosperidade contínua no mercado. Nesse prisma, nuances como a meticulosa gestão de custos e a precisa definição de preços de venda tornam-se fulcrais na tomada de decisões empresariais, conforme destacado por Santos, Leal e Miranda (2012).

No universo do café, um produto tão intrínseco à economia global, é vital compreender sua posição como uma commodity. Os preços deste bem, por natureza, são majoritariamente influenciados pelas oscilações e cotações do mercado internacional, como bem observado por Lamounier (2007). O que torna as commodities particularmente desafiadoras é a sua inerente homogeneidade de preços. Dado que a singularização do preço se torna quase inviável, consumidores têm a liberdade de rapidamente migrar para alternativas mais vantajosas, promovendo uma tendência à uniformização dos preços. Esta uniformidade, por sua vez, cria barreiras para estabelecer um diferencial competitivo, conforme exposto por Saitone & Sexton (2010) e Losekann & Gutierrez (2013).

Contudo, há uma reviravolta no cenário atual. Com um crescente anseio por cafés de excelência, produções sustentáveis e inovadoras formas de comercialização que vão desde cápsulas a expansivas franquias de cafeterias é possível perceber uma marcante tendência de "descommoditização". Esta tendência aponta para um mercado onde, ao contrário das commodities tradicionais, cafés especiais permitem uma certa flexibilidade

de precificação, pois a percepção de valor pelo cliente desempenha um papel crucial, especialmente em cafés com certificações que atestam sua qualidade e origem.

De acordo com Leão (2010), a adoção do selo de certificação Fair Trade para o café resultou em notáveis transformações comerciais. Entre elas, destaca-se a valorização dos produtos certificados em comparação aos não certificados e a capacidade de exportar produtos de maior qualidade, conferindo mais valor à produção. Essas mudanças refletem o êxito da essência do comércio justo, que busca condições privilegiadas para os grupos de produtores. Além disso, Leão ressalta que o comércio justo proporcionou aos produtores uma maior familiarização com seu produto, tanto no âmbito nacional quanto internacional, capacitando-os a competir com grandes produtoras e cooperativas e ampliando sua compreensão do mercado global.

De acordo com Melo (2015), os produtores ocupam um papel central e vitalício no movimento do Comércio Justo, uma vez que este sistema foi meticulosamente estruturado visando propiciar vantagens competitivas para esse grupo. Estando na base dessa iniciativa, é esperado que os produtores adotem uma postura mais ativa na frente das convenções internacionais de trabalho. Mais que isso, eles devem de serem precursores na implementação de práticas ecológicas e sustentáveis, alinhando-se não só com a conservação ambiental, mas também com a habilidade de exportar seus produtos com qualidade e integridade.

Aproximadamente 1,6 milhões de agricultores e trabalhadores em todo o mundo estão envolvidos no Comércio Justo, sendo que aproximadamente a metade deles são pequenos cafeicultores. O café teve a distinção de ser o primeiro produto a receber a certificação Fair Trade, com o primeiro café certificado do México chegando às prateleiras na Holanda em 1988. Hoje, é possível encontrar agricultores de café Fair Trade em 30 países.

Segundo dados da Fairtrade International de 2017, quase a metade dos produtores envolvidos no Comércio Justo são cafeicultores, totalizando cerca de 812.500 pequenos agricultores organizados em 445 organizações de produtores. Estes agricultores estão distribuídos em 30 países e aderem aos padrões do *Fairtrade*. Uma grande parte do café Fair Trade, cerca de 80%, é proveniente da América Latina, especialmente de países como Colômbia, Brasil, Peru, Nicarágua e Costa Rica. Além disso, há produtores de café *Fairtrade* em países como Uganda, Tanzânia e Indonésia.

Esses agricultores cultivam tanto a variedade arábica (*Coffea Arabica*), que é mais suave e mais cara, quanto a robusta (*Coffea Canephora*), que é mais forte e menos cara.

No total, 25 milhões de pequenos produtores são responsáveis por 70 a 80% da produção mundial de café, uma razão pela qual o Comércio Justo foca em apoiar pequenas organizações de produtores.

No panorama econômico, a adoção do Comércio Justo representou uma mudança paradigmática. Ela proporcionou maior estabilidade nos preços e ampliou as portas de entrada para os mercados internacionais, o que, por sua vez, consolidou a cadeia produtiva do café, equilibrando a balança de benefícios entre todos os envolvidos neste setor de crucial importância econômica.

Ao direcionar o olhar para os produtos que mais se destacam sob o selo Café *Fairtrade*, o café tipo Arábica emerge como líder incontestável, enquanto o tipo Robusto ocupa a segunda posição no ranking. Essa abordagem do Comércio Justo não só potencializou benefícios socioeconômicos, mas também elevou o padrão de vida dos agricultores, solidificando a cadeia produtiva do café em bases mais equânimes e sustentáveis.

4.1 COOPERATIVISMO

Cooperação refere-se ao esforço coletivo voltado para a realização de um objetivo comum. Essa prática, conhecida por fomentar valores como flexibilidade, participação, solidariedade e desenvolvimento de habilidades, possui raízes históricas profundas. Registros indicam que civilizações antigas, incluindo egípcios, gregos, romanos, incas, maias e astecas, recorriam à cooperação em atividades como caça, pesca, construção e agricultura. A filosofia do cooperativismo visa cultivar o pensamento inovador, criativo e inteligente, promovendo justiça e harmonia, com o objetivo de alcançar a melhoria contínua. De acordo com Alves (2010), os princípios cooperativistas não apenas visam resultados econômicos, mas também o desenvolvimento social, buscando eficiência e melhor qualidade de vida.

O termo "cooperação" tem suas raízes no latim "*cooperatione*", derivado de "*cooperari*", que significa trabalhar em conjunto ou operar com o objetivo de promover o bem comum. Esta prática é fundamental na história humana, ligada estreitamente à sobrevivência e ao progresso. Segundo Carvalho (2011), a cooperação impulsiona aspectos que contribuem positivamente para as atividades diárias. No contexto do capitalismo moderno, onde a competitividade é intensa, surge a necessidade de explorar abordagens alternativas que enfatizem a competitividade, respeito, legalidade e

transparência. Nesse cenário, práticas como o Comércio Justo e o cooperativismo apresentam-se como soluções alternativas viáveis.

Conforme relatado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo originou-se como uma filosofia de vida que aspira a transformar o mundo em um lugar mais justo e com oportunidades ampliadas. Esta abordagem busca harmonizar o desenvolvimento econômico com o social, equilibrando produtividade e sustentabilidade tanto no âmbito individual quanto coletivo.

De acordo com a OCB (2023), o cooperativismo desempenha um papel significativo em escala global, marcando presença em 100 países. Ele gera aproximadamente 250 milhões de empregos por meio de cerca de 2,6 milhões de cooperativas, beneficiando um bilhão de cooperados. Isso significa que uma em cada sete pessoas no mundo está associada a uma cooperativa. Uma característica central do cooperativismo é a substituição da tradicional relação emprego-salário por uma dinâmica de trabalho e renda, criando oportunidades onde a união e a competitividade coletiva são fortalecidas.

Uma cooperativa é estabelecida por indivíduos que se associam voluntariamente com um propósito econômico comum. Eles organizam uma empresa sob controle e propriedade coletivos para gerenciar a produção e comercialização de bens e serviços. Essa estrutura permite a divisão de benefícios materiais e sociais entre os membros, gerando renda e oportunidades. As cooperativas são formadas de maneira livre e organizam suas atividades econômicas visando o acesso a mercados.

Carvalho (2011) destaca que o cooperativismo é uma das raras doutrinas econômicas oriundas diretamente das iniciativas dos trabalhadores, e não de teorias intelectuais. Essa ideologia se espalhou por quase todos os setores da economia e é reconhecida globalmente como um modelo democrático, justo e participativo, atendendo de forma eficaz às necessidades e interesses específicos das populações. As cooperativas diferem de outras corporações, pois seus membros têm maior controle sobre a empresa, com cada cooperado possuindo direito a voto nas decisões.

Bonganha e Minatel (2016) observam que a união de indivíduos com ideais e características semelhantes é a maneira mais eficiente de alcançar resultados e prosperidade. O cooperativismo encoraja a busca por soluções autônomas e a responsabilidade compartilhada. A experiência dos resultados alcançados fortalece a autoestima, a autoconfiança e o senso de comunidade. Há um processo de transformação

pessoal e aprendizado sobre cidadania, proporcionando a experiência dos resultados de ações individuais e coletivas que podem transformar efetivamente o contexto de vida.

Logo, uma cooperativa pode ser definida como uma entidade que oferece serviços aos seus membros, atuando como um veículo para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos. Esta união se baseia em um acordo de cooperação mútua e voluntária, que se aplica tanto às cooperativas que operam no mercado quanto àquelas focadas em atividades de consumo, produção, crédito, serviços e comercialização, conforme descrito por Cardoso (2014). Para que uma cooperativa seja eficaz e cumpra seus objetivos, é essencial uma gestão competente.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em um congresso realizado em Manchester em 1995, definiu os princípios fundamentais para o funcionamento de cooperativas em todo o mundo. Esses princípios se baseiam em valores de ajuda mútua, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. A ACI enfatizou a importância dos valores éticos dos fundadores, como honestidade, mecanismos democráticos de consulta e informação aos associados, responsabilidade social e associação voluntária para auxílio econômico mútuo. Além disso, ressaltou a necessidade de adaptar o modelo cooperativo ao desenvolvimento sustentável, valorização dos recursos humanos, participação consciente dos membros, defesa da ecologia e integração harmoniosa da cooperativa em seu entorno social, econômico e político (Cardoso, 2014).

As cooperativas são fundamentadas em valores como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os sete princípios do cooperativismo, que orientam a prática desde a fundação da primeira cooperativa em 1844, são reconhecidos pela Organização das Cooperativas do Brasil (2023) e incluem:

- I. Adesão voluntária e livre: Cooperativas são organizações abertas a todos que desejam participar e estão alinhadas aos objetivos econômicos da cooperativa, com respeito à diversidade de gênero, social, racial, política e religiosa.
- II. Gestão Democrática: Cooperativas são geridas democraticamente pelos membros, que participam ativamente nas decisões e políticas, com igualdade de voto.
- III. Participação econômica dos membros: Membros contribuem para o capital da cooperativa, que é controlado democraticamente e os excedentes são usados para benefícios mútuos, desenvolvimento da cooperativa ou apoio a outras atividades.

- IV. Autonomia e independência: Cooperativas são autônomas e devem manter sua autonomia mesmo ao firmar acordos com outras organizações ou instituições.
- V. Educação, formação e informação: Cooperativas promovem educação e formação para o desenvolvimento dos negócios e informam o público sobre a cooperação.
- VI. Intercooperação: Cooperativas trabalham juntas em níveis local, nacional e internacional para atender às necessidades de seus membros.
- VII. Interesse pela comunidade: Cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) em 2023, as cooperativas são classificadas de acordo com suas dimensões e objetivos específicos, dividindo-se em três graus: Cooperativas de 1º grau - Singular: Estas são cooperativas focadas em indivíduos, com o intuito de prestar serviços diretos aos associados. São compostas por no mínimo 20 cooperados e podem admitir pessoas jurídicas, desde que estas não atuem no mesmo segmento econômico da cooperativa. Cooperativas de 2º grau Central ou Federação: Estas cooperativas servem outras cooperativas, com o objetivo de organizar e ampliar a escala dos serviços de suas filiadas, facilitando a utilização destes serviços. São constituídas por pelo menos três cooperativas de 1º grau. Cooperativas de 3º grau - Confederação: Cooperativas deste grau atendem cooperativas centrais ou federações. Seu objetivo é organizar e ampliar a escala dos serviços das filiadas. São formadas por um mínimo de três cooperativas centrais ou federações, independentemente do tipo de atuação.

Além disso, as cooperativas operam em diversos setores da economia, divididos em 13 ramos, incluindo agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, produção, mineral, trabalho, saúde, transporte, lazer e turismo, com 11 desses ramos possuindo seu próprio Conselho Consultivo. A maioria das cooperativas no Brasil pertence ao ramo agropecuário.

As cooperativas agropecuárias, geralmente formadas por produtores rurais, pecuaristas ou pescadores, são responsáveis por toda a cadeia produtiva, desde o preparo do solo até a industrialização e comercialização dos produtos.

A OCB (2023) também aponta que as cooperativas realizam investimentos substanciais em ampliação e modernização, abrangendo desde o cultivo até a comercialização e industrialização, desempenhando um papel crucial no agronegócio

brasileiro. Assim, as cooperativas contribuem significativamente não só para o agronegócio, mas também para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Conforme explica Cardoso (2014), uma cooperativa se distingue de outras formas de associação devido ao seu caráter primordialmente econômico. Sua principal finalidade é introduzir produtos e serviços de seus cooperados no mercado, procurando alcançar condições mais favoráveis do que seriam possíveis individualmente. Nesse sentido, a cooperativa funciona como uma "empresa" que oferece serviços aos seus membros.

Embora compartilhem semelhanças com outros tipos de empresas ou associações, as cooperativas se diferenciam em aspectos cruciais como o propósito do empreendimento, a estrutura de propriedade e controle, e especialmente na distribuição dos benefícios. Para regular a administração cooperativa e estabelecer um sistema exclusivo para o cooperativismo, foram definidos princípios específicos. Estes princípios orientam as cooperativas em como devem estruturar suas operações, bem como suas interações com os cooperados e com o mercado, conforme detalhado por Cardoso (2014).

Aprofundando a análise, é importante enfatizar que o presente estudo teve como uma de suas metas preencher uma evidente brecha na literatura acadêmica. Durante um meticuloso levantamento de artigos publicados no intervalo de 2010 a 2022, constatou-se uma escassez de trabalhos que se debruçassem sobre os desdobramentos e impactos do Comércio Justo, especialmente no tocante ao Café *Fairtrade*.

Dessa forma, este estudo não só se revestiu de vital importância para o meio acadêmico, mas também ressoou de forma contundente na sociedade, aspirando ampliar o entendimento sobre o tema e, conseqüentemente, catalisar o setor de produção de café em direções mais justas e ecologicamente responsáveis. Deste modo, a revisão bibliográfica desempenhou um papel crucial na fundamentação teórica e metodológica da pesquisa em questão, permitindo compreender as principais questões e debates relacionados à certificação do Comércio Justo do café no contexto brasileiro. Além disso, possibilitou identificar lacunas na literatura existente, o que pode ter direcionado a pesquisa para contribuições originais e fornecer percepções relevantes para o estudo do impacto da certificação do Comércio Justo na economia e no bem-estar dos produtores na cadeia produtiva do café no Brasil.

O estudo apresentado realizou uma análise aprofundada sobre os impactos do Comércio Justo, destacando vantagens significativas, como os maiores lucros obtidos em comparação com produtos convencionais e a capacitação para exportar produtos de alta qualidade, agregando valor à produção. Essa abordagem do Comércio Justo proporciona

às cooperativas e aos cooperados não apenas benefícios financeiros, mas também amplia seu conhecimento sobre o produto e fortalece a capacidade de pequenos produtores competirem com grandes empresas, promovendo seu empoderamento.

Além disso, o estudo ressalta que, além de operarem de maneira democrática e independente, as cooperativas também foram influenciadas pelo Comércio Justo a adotar práticas sustentáveis e transparentes. Outro aspecto positivo observado é o incentivo do Comércio Justo à preservação ambiental, demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da cafeicultura na economia brasileira e sua proeminência no mercado global têm motivado estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento. A natureza do café como uma commodity, com preços influenciados pelas flutuações de mercado, exige uma análise detalhada sobre a dinâmica de custos de produção e estratégias de diferenciação. Tais estudos são fundamentais para identificar elementos cruciais para decisões sustentáveis e inovadoras na indústria do café.

Ao realizar este trabalho, foi possível perceber uma lacuna na literatura acadêmica sobre o Comércio Justo, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Apesar disso, foi observado que existe uma tendência crescente de interesse acadêmico no tema. Este aumento reflete as dificuldades que as universidades enfrentam em incorporar novos temas e atualizar-se conforme as demandas de pesquisa evoluem, destacando a necessidade de autocrítica no meio acadêmico.

Focamos no Movimento do Comércio Justo, um esforço contra hegemônico que apoia grupos marginalizados pela ordem econômica atual. Este movimento visa fortalecer pequenos agricultores, permitindo-lhes exportar seus produtos sem intermediários, respeitando o meio ambiente e proibindo o trabalho escravo. O Fair Trade difere do sistema econômico predominante pela valorização do pequeno produtor, garantindo preços mínimos seguros e oferecendo capacitação.

Foi possível constatar que o comércio justo não só promove a sustentabilidade, mas também aumenta a rentabilidade dos agricultores familiares. A Certificação *FairTrade* melhorou a vida dos produtores, estabelecendo relações diretas entre cooperativas e compradores e facilitando o acesso ao crédito e assistência técnica, além de observarmos transformações significativas nas práticas agrícolas, como a redução no uso de agrotóxicos e o respeito aos biomas locais.

Adicionalmente, as cooperativas e associações são fundamentais no *FairTrade*, permitindo que produtores unidos democraticamente alcancem o volume necessário para exportação e garantam que os lucros das vendas não sejam retidos por atravessadores. As cooperativas, após a certificação, registraram aumentos no número de cooperados, fortalecendo a instituição e ampliando sua presença no mercado cafeeiro global.

Tanto os princípios do cooperativismo quanto os do Fair Trade buscam estabelecer uma relação de ajuda mútua, valorizando os produtos e melhorando a qualidade de vida dos produtores. Essas práticas visam desenvolver a sustentabilidade

econômica, social e ambiental em comunidades que atendem aos requisitos legais e ecológicos.

Por fim, foi possível entender o empoderamento dos agricultores familiares através do cooperativismo, que permite acesso ao mercado internacional. Com isso, a Certificação *FairTrade* está promovendo independência financeira e segurança para os agricultores, independentemente de gênero, impulsionando o desenvolvimento equitativo.

A necessidade de compreender esses aspectos, juntamente com as mudanças nas tendências de consumo, motivou este estudo. Uma questão central foi avaliar como as certificações do café afetam os custos de produção e os preços alcançados no mercado. Observou-se que as certificações não só melhoram os preços, ultrapassando as médias do mercado, mas também oferecem uma vantagem competitiva.

Estas descobertas são insights valiosos para gestores do agronegócio, especialmente na cafeicultura, sobre a importância das certificações para cafés especiais como estratégia de mercado. Embora este estudo tenha limitações, como foco em revisões literárias, os resultados indicam benefícios reais das certificações. A certificação Fair Trade, em particular, visa o desenvolvimento sustentável, permitindo que pequenos produtores vendam seus produtos de maneira justa no mercado. O Comércio Justo promove a justiça social, a proteção ambiental e a segurança econômica, baseando-se na ideia de que os países precisam de justiça e respeito para se desenvolverem, não de caridade.

Para expandir este campo de estudo, pesquisas futuras poderiam adotar uma abordagem mais diversificada, incluindo diferentes regiões produtoras de café e variados tamanhos de lavouras, para uma compreensão mais abrangente e detalhada dos custos e benefícios das certificações na cafeicultura.

REFERÊNCIAS

ABIC. Consumo de Café no Brasil aumenta 4,80% e chega a 21 milhões de sacas. Fev. 2019. Disponível em: http://consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/consumo/Press_release_consumo_final_vs_04_02_19.pdf. Acesso em: mar. 2023.

ABIC. Indicadores da Indústria de Café 2022. Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2022/>. Acesso em: mar. 2023.

ABIC. Indicadores da Indústria de Café. Evolução do consumo interno de café no Brasil. Disponível em: <https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/>. Acesso em: mar. 2023.

ABIC. PQC - Histórico. Disponível em: <https://www.abic.com.br/certificacao/qualidade/>. Acesso em: mar. 2023.

ALVARENGA, R.P.; ARRAES, N.A.M. Certificação fairtrade na cafeicultura brasileira: análises e perspectivas. *Coffee Science*, v.12, p.124-147, 2017. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/8269>. Acesso em: mar. 2023.

ANAGNOSTOU, A.; INGENBLEEK, P. T. M.; VAN TRIJP, H. C. M. Sustainability labelling as a challenge to legitimacy: spillover effects of organic Fairtrade coffee on consumer perceptions of mainstream products and retailers. *Journal of Consumer Marketing*, v. 32, n. 6, p. 422-431, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JCM-11-2014-1213>. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL, IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: café. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457#resultado>. Acesso em: out. 2023.

CABRERA, L. C.; CALDARELLI, C. E. Viabilidade econômica de certificações de café para produtores brasileiros. *Ano XXX - No 64* 4. 2021. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/229857/1/Viabilidade-economica.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

CECAFÉ. Relatório mensal julho 2019. 2019. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estadistico/CECAFE_Relatorio_Mensal_JULHO_2019.pdf. Acesso em: ago. 2023.

CEPEA. Indicador Café. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/cafe.aspx>. Acesso em: out. 2023.

CEZAR, L. C.; ROSA, A. R. A contribuição da rede fairtrade para a performatividade crítica em cooperativas de cafeicultores. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 22, n. 2, p. e1581, 2021. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1581>. Acesso em: abr. 2023.

CLAAR, V. V.; HAIGHT, C. E. Correspondence: Fair Trade Coffee. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 215-216, fev. 2015. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.29.1.215>. Acesso em: out. 2023.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira. Boletim Café, Safra 2022. Quarto Levantamento Dezembro 2022, v.9, n.4. p.1-53. 2022. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe#:~:text=Boletim%20Caf%C3%A9%20dezembro%202022>. Acesso em: mar. 2023.

CONSORCIO PESQUISA CAFÉ. Dados mundiais. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/423-dados-mundiais>. Acesso em: ago. 2023.

DONNET, M. L.; WEATHERSPOON, D. D.; HOEHN, J. P. What Adds Value in Specialty Coffee? Managerial Implications from Hedonic Price Analysis of Central and South American E-Auctions. *International Food and Agribusiness Management Review*, v. 10, n. 3, p. 1-18, 2007. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ags/ifaamr/8162.html>. Acesso em: ago. 2023.

DOS SANTOS, C. R.; LEAL, E. A.; MIRANDA, G. J. A importância da Gestão de Custos na formação do Preço de Venda: um estudo de caso em uma indústria química de médio-grande porte. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC*. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/200>. Acesso em: out. 2023.

DUARTE, S. L. Gestão de custos interorganizacionais em organizações cooperativas e investor-owned firms - IOFs no setor de cafeicultura no Brasil. 2017. Tese (Doutorado) - FEA-USP, São Paulo, 2017. Disponível em: doi:10.11606/T.12.2017.tde-14062017-104903. Acesso em: ago. 2023.

EFTA. This is EFTA 2010. Disponível em: <https://www.efta.int/publications/this-is-efta/this-is-efta-2010>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. Scope and Benefits of Fairtrade: Thirteenth Edition 2022. 2022. Disponível em: <https://files.fairtrade.net/publications/2022-Fairtrade-monitoring-report-13th-edition.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

FLO-Cert. Operators, 2013. Disponível em: <http://www.flo-cert.net/flo-cert/29.html>. Acesso em: ago. 2023.

FREDERICO, S.; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157969>. Acesso em: mai. 2023.

LAMOUNIER, W. M. Tendência, ciclos e sazonalidade nos preços spot do café brasileiro na NYBOT. *Gestão & Produção*, v. 14, n. 1, p. 13-23, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2007000100003>. Acesso em: set. 2023.

LEÃO, E. d. A. A produção de cafés especiais no Brasil e a emergência de novos padrões de competitividade. 2010. Dissertação - UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/24132>. Acesso em: set. 2023.

LOSEKANN, L.; GUTIERREZ, M. Diferenciação de produtos. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Eds.). Economia industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 67-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-85-352-6368-8.00006-2>. Acesso em: set. 2023.

MELO, R. B. A certificação Fairtrade no setor exportador de frutas frescas no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147933>. Acesso em: ago. 2023.

MOREIRA, J. R. S.; CARVALHO, A. I. Modulações do Discurso, Interpretações e Memórias sobre a Geada Negra de 1975 e a Cafeicultura Paranaense. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 11, n. 3, p. 288–317, 2021. DOI: 10.32991/2237-2717.2021v11i3.p288-317. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/506>. Acesso em: ago. 2023.

OCB, Sistema. O que é cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. Estatísticas. Disponível em: https://www.ico.org/pt/about_statistics_p.asp?section=Estat%EDstica. Acesso em: ago. 2023.

PYK, F.; ABU H., A. Fairtrade and Sustainability: Motivations for Fairtrade Certification among Smallholder Coffee Growers in Tanzania. *Sustainability*, v. 10, n. 5, p. 1551, 14 maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10051551>. Acesso em: mai. 2023.

SAITONE, T. L.; SEXTON, R. J. Product differentiation and quality in food markets: industrial organization implications. *Annual Review of Resource Economics*, v. 2, n. 1, p. 341-368, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.resource.050708.144154>. Acesso em: set. 2023.

SALGUERO, J.; DOS SANTOS C. J. A. C. Fair Trade como alternativa para os empreendedores familiares: um estudo exploratório. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 8, n. 1, p. 95-113, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2015v8n1p95-113>. Acesso em: maio 2023.

SAMPER, L. F.; GIOVANNUCCI, D.; VIEIRA, L. M. The powerful role of intangibles in the coffee value chain. *Economic Research Working Paper*, n. 39, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34667/tind.29021>. Acesso em: set. 2023.